Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022 e relatório do auditor independente





# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas BW Guirapá I S.A. e controladas

#### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da BW Guirapá I S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da BW Guirapá I S.A. e controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BW Guirapá I S.A. e da BW Guirapá I S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### **Outros assuntos**

#### Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 8 de abril de 2022, sem ressalvas.



# Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

# Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos



chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Salvador, 14 de abril de 2023

PricewaterhouseCoopers

Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP000160/O-5

Luciano Jorge Moreira Sampaio Júnior Contador CRC 1BA018245/O-1

# Balanço patrimonial Em milhares de reais

	Nota	<u>Controla</u>	adora	Consol	<u>idado</u>		Nota	Control	adora	Consoli	dado
ATIVO	<u>explicativa</u>	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	<u>explicativa</u>	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	7	982	1.201	111.442	80.777	Fornecedores	13	6	19	6.937	4.140
Contas a receber	8	-	-	10.159	9.720	Financiamentos	15	-	-	26.758	25.456
Estoque		-	-	859	265	Impostos e contribuições sociais		5	9	845	796
Tributos a recuperar		590	400	3.781	2.007	Contas de ressarcimento CCEE	14	-	-	12.870	24.896
Dividendos a receber	9	109	64	-	-	Arrendamentos a pagar	17	-	-	774	788
Outros		<u>78</u>	122	3.082	3.203	Outras contas a pagar		1	25	1.427	1.472
Total do ativo circulante		1.759	1.787	129.323	95.972	Total do passivo circulante		12	53	49.611	57.548
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Depósitos vinculados	15	14.822	13.324	30.375	28.859	Financiamentos	15	-	-	207.047	231.997
						Contas de ressarcimento CCEE	14	-	-	60.645	24.619
						Provisão para custos com desmobilização	16	-	-	40.647	41.462
Investimentos	8	457.091	454.517	-	-	Arrendamentos a pagar	17	-	-	9.421	10.257
Imobilizado	10	1.270	949	646.712	676.366	Partes relacionadas	26	14.976	13.316		<del>_</del>
Intangível	11	-	-	9.586	10.034	Total do passivo não circulante		<u> 14.976</u>	<u> 13.316</u>	317.760	308.335
Direito de uso em arrendamento	12	_=	<u>-</u>	11.329	11.860						
		458.361	455.466	667.627	698.260	PATRIMÔNIO LIQUIDO					
						Capital social integralizado	18	604.389	604.389	604.389	604.389
						Prejuízos acumulados		(144.435)	(147.181)	(144.435)	(147.181)
Total do ativo não circulante		473.183	468.790	698.002	727.119	Total do patrimônio líquido		459.954	457.208	459.954	457.208
TOTAL DOS ATIVOS		<u>474.942</u>	<u>470.577</u>	<u>827.325</u>	<u>823.091</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>474.942</u>	<u>470.577</u>	<u>827.325</u>	<u>823.091</u>

#### Demonstração do resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Control	adora	Consol	<u>idado</u>
	<u>explicativa</u>	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE ENERGIA	19	-	-	96.759	93.184
Custos com geração de energia	20	-	-	(75.547)	(71.134)
LUCRO BRUTO		-	-	21.212	22.050
Despesas gerais e administrativas	21	(90)	(166)	(6.413)	(5.417)
Outras receitas e (despesas) líquidas	22	(7)	(151)	3.183	539
Equivalência patrimonial	9	2.683	(5.206)		<u>-</u>
LUCRO OPERACIONAL		2.586	(5.523)	17.982	17.172
Despesas financeiras Receitas financeiras Resultado financeiro, líquido	23 23	(1.731) 1.900 169	(395) <u>442</u> 47	(29.427) <u>15.040</u> (14.387)	(26.759) 4.467 (22.292)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		2.755	(5.476)	3.595	(5.120)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24	(9)	-	(849)	(356)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		2.746	(5.476)	2.746	(5.476)
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO POR AÇÃO DO CAPITAL SOCIAL (EM R\$)	18			2,74	(5,47)

Demonstração do resultado abrangente Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u></u>	oladora		
	31/12/2022	<u>31/12/2021</u>	31/12/2022	<u>31/12/2021</u>
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	2.746	(5.476)	2.746	(5.476)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>2.746</u>	<u>(5.476)</u>	<u>2.746</u>	<u>(5.476)</u>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### Capital

	<u>Nota</u> explicativa	<u>social</u> <u>integralizado</u>	<u>Prejuízos</u> acumulados	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		604.389	(141.705)	462.684
Prejuízo do exercício		-	(5.476)	(5.476)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	18	604.389	(147.181)	457.208
Lucro do exercício		-	2.746	2.746
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	18	604.389	(144.435)	<u>459.954</u>

Demonstração dos fluxos de caixa Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota Controladora		adora	Consolidado		
	<u>explicativa</u>	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro (Prejuízo) do exercício		2.746	(5.476)	2.746	(5.476)	
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício:		2./40	(3.4/0)	2.740	(3.4/0)	
Equivalência patrimonial	8	(2.683)	5.208	_	_	
Depreciação e amortização	10, 11 e 12	34	16	41.997	41.292	
Baixa de ativo imobilizado	10	-	-	2.622	110	
Atualização ressarcimento - CCEE	14	-	_	4.825	5.418	
Atualização arrendamento a pagar	17	_	-	271	172	
Juros sobre financiamento	15 e 23	-	-	22.824	19.824	
Apropriação dos custos sobre financiamento	15	-	-	455	455	
Juros sobre partes relacionadas	26	1.660	316	-	-	
Rendimento financeiro de depósitos vinculados		(1.498)	(324)	(3.172)	(1.680)	
(Aumento) redução de ativos:						
Contas a receber		-	-	(439)	(749)	
Estoque		-	-	676	261	
Impostos a recuperar		(185)	(51)	(840)	(500)	
Outros ativos		44	-	121	(716)	
Aumento (redução) de passivos:						
Fornecedores		(13)	(16)	2.874	1.195	
Conta de ressarcimento - CCEE		-	-	19.175	12.515	
Impostos e contribuições sociais		(13)	7	(243)	31	
Imposto de renda e contribuição social a pagar		9	-	849	356	
Outras contas a pagar		(24)	21	(860)	1.084	
Imposto de renda e contribuição social pagos		(5)	-	(1.491)	(755)	
Pagamento de financiamento – juros	15	<del></del>	<del></del>	(21.102)	(19.842)	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>72</u>	(299)	71.288	52.995	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS						
Depósitos vinculados		-	(13.000)	1.656	36.312	
Aquisição de imobilizado e intangível	10 e 11	(355)	(432)	(15.298)	(2.880)	
Recebimento de dividendos		64		<del></del>	<u>-</u>	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		(291)	(13.432)	(13.642)	33.432	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS						
Pagamento de financiamento - principal	15	-	-	(25.825)	(25.823)	
Amortização de arrendamentos	17	-	-	(1.156)	(1.018)	
Partes relacionadas	26	<del></del>	13.000	<del></del>	<u>-</u>	
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		<del></del> -	13.000	(26.981)	(26.841)	
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(219)	(731)	30.665	<u>59.586</u>	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	7	1.201	1.932	80.777	21.191	
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	7	982	1.201	111.442	80.777	
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(219)	(731)	<u> 30.665</u>	<u>59.586</u>	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BW Guirapá I S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida Dácio Oliveira, 889, Caetité — BA, foi constituída em 1º de fevereiro de 2012, tendo como objetivo a participação no capital de outras sociedades que tenham como objeto o segmento de energia eólica. Atua como empresa "holding" destinada, exclusivamente, aos investimentos relacionados ao empreendimento denominado "Complexo Guirapá", composto por sete parques eólicos denominados "Centrais Eólicas", que têm como objetivo a exploração do ramo de geração de energia elétrica como produtora independente, localizadas nos municípios de Pindaí e Caetité no Estado da Bahia. A Companhia é 100% controlada pela Cia de Ferro Ligas da Bahia — FERBASA ("Ferbasa").

Segundo as Portarias do Ministério de Minas e Energia ("MME"), abaixo detalhadas, as companhias estão autorizadas a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos a partir de fevereiro de 2012. Em regime de autorização, tem toda a sua produção contratada com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), no âmbito do Leilão de Reserva — 2011 ("LER 2011"), promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), no ambiente regulado com a CCEE, por meio do qual venderão toda sua produção de energia elétrica, por um prazo de 20 (vinte) anos. As Centrais Eólicas tiveram seu início de período de suprimento concatenado com a data da disponibilização das instalações da transmissão da subestação SE Pindaí II, que ocorreu em 16 de novembro de 2015.

A seguir, um resumo das características operacionais de cada uma das Centrais Eólicas:

Central Eólica	Capacidade instalada (MW) <sup>(*)</sup>	1ª Portaria de Autorização do MME <sup>(1)</sup>	Energia contratada 1º ano do 3 º quadriênio (MWmed) <sup>(2)</sup>	Preço inicial do Contrato (R\$/MWh)	Preço atualizado (R\$/MWh) <sup>(3)</sup>
Angical	12,95	37, de 03/02/2012	5,0	99,98	193,41
Caititu	22,2	54, de 09/02/2012	9,8	99,98	193,41
Coqueirinho	29,6	53, de 09/02/2012	12,4	96,97	187,59
Corrupião	27,75	70, de 22/02/2012	11,7	96,97	187,59
Inhambu	31,45	69, de 22/02/2012	15,0	96,97	187,59
Tamanduá Mirim	29,6	52, de 09/02/2012	12,3	96,97	187,59
Teiú	16,65	36, de 03/02/2012	7,1	99,98	193,41

(\*) Conforme Portaria de Autorização MME.

- (1) Autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos desde a 1ª Portaria do MME Ministério de Minas e Energia. A 2ª Portaria alterou as características técnicas para adequar a realidade dos parques.
- (2) Conforme contrato de compra e venda, o 3º quadriênio compreende o período entre julho de 2022 e junho de 2026, sendo cada ciclo anual iniciado em julho e finalizado em junho do ano seguinte.
- (3) Valor atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde julho de 2011. E pela CCEE com data-base julho de 2022.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 em 14 de abril de 2023.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na nota explicativa  $n^o$  3.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Empresa. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

#### 2.1. Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### 2.2. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na abaixo e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na seção 2.

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, cujas participações são apresentadas a seguir:

Companhia	Participação direta
Control Editor Americal C A	100.000/
Central Eólica Angical S.A.	100,00%
Central Eólica Caititu S.A.	100,00%
Central Eólica Coqueirinho S.A.	100,00%
Central Eólica Corrupião S.A.	100,00%
Central Eólica Inhambu S.A.	100,00%
Central Eólica Tamanduá Mirim S.A.	100,00%
Central Eólica Teiú S.A.	100,00%

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados, se aplicável, em transações entre companhias do grupo são eliminados. As práticas contábeis e os períodos contábeis das demonstrações das controladas são idênticos ao da controladora.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes das investidas.

#### 3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

#### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários à vista, as aplicações financeiras com liquidez imediata com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

#### 3.2. Contas a receber

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras; (ii) instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, nas não apresentam evidência objetiva de "impairment"; e (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de "impairment" em 31 de dezembro 2022 (nota explicativa nº 8). O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

#### 3.3. Ativos e passivos financeiros

#### Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

- (i) Custo amortizado: Os instrumentos financeiros incluídos nesse grupo são saldos provenientes de transações comuns como o contas a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos, aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa mantido pela Companhia e suas controladas. Todos estão registrados pelos seus valores nominais acrescidos, quando aplicável, de encargos e taxas de juros contratuais, cuja apropriação das despesas e receitas é reconhecida ao resultado do período.
- (ii) Mensurados a valor justo por meio do resultado: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido diretamente no resultado.

#### (a) Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### (b) "Impairment" de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas mensuram a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia e suas controladas consideram informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis, sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia e de suas controladas, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas.

A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber, além de uma avaliação prospectiva que leva em consideração a mudança ou expectativa de mudança em fatores econômicos que afetam as perdas esperadas de crédito, as quais serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

Para exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi identificado "impairment" para ativos financeiros.

#### (c) Desreconhecimento

A Companhia e controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e controladas nem transferem nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, derivativo ou designado como tal, no reconhecimento inicial e, subsequentemente, mensurado ao custo amortizado e atualizado pelo método da taxa de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas são representados por empréstimos e financiamentos e fornecedores, os quais são classificados na categoria de outros passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

#### 3.4. Depósitos vinculados

Garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento das controladas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 3.5. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, ou seja, a participação nos ativos líquidos da investida, levando em conta os dividendos recebidos das eliminações de capital e de outros derivados.

#### 3.6. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados e custos socioambientais e de desmobilização (nota explicativa nº 10).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil, que é estimada conforme as taxas anuais estabelecidas pela ANEEL por meio da Resolução nº 367 em vigor desde 2 de junho de 2009, alterada pela Resolução Normativa nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, limitada ao período e autorização vigente do parque eólico.

#### 3.7. Intangível

Composto pelos direitos de uso de ativos para exploração e servidão pagos durante a construção dos parques eólicos. Para os contratos em que a Companhia e suas controladas atuam como contratantes, os pagamentos foram capitalizados no ativo intangível desde o início do contrato e, após a entrada em operação, passou a ser amortizado pelo período remanescente da autorização vigente do parque eólico.

#### 3.8. Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

#### 3.8.1. Direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

#### 3.8.2. Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

#### 3.8.3. Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

#### 3.9. "Impairment" de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos a amortização são revisados anualmente para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por "impairment" é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment", os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

Para exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foi identificado "impairment" para ativos não financeiros.

#### 3.10. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

#### 3.11. Financiamentos

Estão demonstradas pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos financeiros pactuados, que incluem juros e atualização monetária incorridos até as datas das demonstrações financeiras (custo amortizado), liquido dos custos de transação.

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os encargos financeiros foram capitalizados no ativo imobilizado, durante a etapa de construção do parque eólico.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia e controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por período superior a 12 meses, após a data das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 3.12. Contas de ressarcimento - CCEE

As contas de ressarcimento – CCEE referem-se às diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada. Os critérios de apuração são definidos contratualmente, mediante um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada, conforme abaixo:

- (a) O limite contratual aceito, sem a incidência de penalidades ou bônus, é equivalente ao fornecimento de 90% a 130% da energia contratada de um ano, apurada ao final de cada quadriênio. Nestes casos, o desvio positivo ou negativo entre a energia fornecida e a energia contratada é reconhecida no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação do preço contratual atualizado sobre o MWh apurado. Eventuais diferenças entre o fornecimento de energia elétrica e a energia contratada serão compensadas a cada quadriênio contratual, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 30 de junho de 2018, o segundo quadriênio se encerrou em 30 junho de 2022 e o terceiro quadriênio se iniciou em julho de 2022.
- (b) Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia fornecida seja superior a 130% da energia contratada, as Companhias receberão 70% do preço contratado sobre o montante em MWh que exceder aos 130%. Em ambos os casos, o acerto financeiro ocorre a partir de julho do ano corrente até junho do ano subsequente.

#### 3.13. Provisões

As provisões para recuperação ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) as controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada (obrigação construtiva) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

#### 3.14. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes no final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

Lucro real – Controladora e Controladas

O imposto de renda e a contribuição social, geralmente são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 3.15. Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

#### 3.16. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida de impostos. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado, alinhado com o pronunciamento técnico CPC 47 — Receita de Contrato com Clientes.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia e de suas controladas.

#### 3.17. Custos de desmobilização do parque eólico

As principais atividades a serem concluídas no processo de desmontagem são a remoção de: (i) pás; (ii) eixo; (iii) motor; (iv) seções de torre de aço; (v) painéis elétricos; e (vi) outros.

Devido à falta de custos históricos de desmobilização no mercado (o segmento eólico no Brasil é bastante novo), bem como da própria empresa, foi necessário considerar os custos dos serviços de instalação para avaliar o custo do desmantelamento de usinas eólicas.

Para o custo de desmontagem de um parque eólico foi considerado o custo de mobilização de guindaste e mão de obra, além do custo diário para executar o serviço.

#### 3.18. Novos pronunciamentos técnicos

#### **3.18.1.** Normas vigentes em 2022

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

- Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do
  custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver
  sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser
  reconhecidos no resultado do exercício.
- Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- Aprimoramentos anuais ciclo 2018-2020:
- (i) CPC 48 "Instrumentos Financeiros" esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- (ii) CPC 06 "Arrendamentos" alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 3.18.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC):

#### 3.18.2.1. Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

#### 3.18.2.2. Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de 'estimativa contábeis'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

# 3.18.2.3. Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. Atualmente, a Companhia vai avaliar o potencial impacto que as alterações terão na prática ao longo do exercício de 2023.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

#### (i) Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia assumiu a obrigação de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a contratos de cessão de direito de uso de terrenos onde está localizado o parque eólico. A provisão é mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente e pelas mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

#### (ii) Contas de ressarcimento – CCEE

As contas de ressarcimento — CCEE refletem os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais (nota explicativa nº 3.12). A Administração da Companhia entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

#### (iii) "Impairment", vida útil e valor residual dos bens do imobilizado

A Companhia revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A Companhia revisa anualmente a vida útil e o valor residual estimado dos bens do ativo imobilizado para avaliar sua razoabilidade. Os detalhes das taxas de depreciação estão divulgados na nota explicativa nº 3.6.

#### 5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

#### 5.1. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõe a riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco de escassez de vento. O programa de gestão de risco global da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não celebrou contratos que possam ser considerados como instrumentos derivativos durante o exercício destas demonstrações financeiras. A gestão de risco é realizada pelo setor Financeiro da Companhia que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A Diretoria estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas.

#### a) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

#### b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito, incluindo contas a receber em aberto. Os recebíveis têm risco considerado baixo considerando as características do cliente da Companhia, CCEE.

#### c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

#### d) Risco da escassez de vento

Esse risco decorre da possibilidade da falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bens estáveis, diferentes de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências.

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardara capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	Conso	lidado
	31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos (nota explicativa nº 15) Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7) Depósitos vinculados (nota explicativa nº 15) Dívida líquida (a)	233.805 (111.442) (30.375) 91.988	257.453 (80.777) (28.859) 147.817
Total do patrimônio líquido	459.954	457.208
Total do capital (b) Índice de alavancagem financeira - % (a/b)	551.942 17%	605.025

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Contro	ladora	Conso	lidado
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros Mensurados pelo custo amortizado:				
Caixa e bancos (nota explicativa nº 7) Contas a receber de clientes (nota explicativa	982	1.201	111.442	80.777
nº 8)	-	-	10.159	9.720
Depósitos vinculados (nota explicativa nº 15)	14.822	13.324	30.375	28.859
Passivos financeiros				
Mensurados pelo custo amortizado:				
Fornecedores	6	19	6.937	4.140
Empréstimos e financiamentos (nota				
explicativa nº 15)	-	-	233.805	257.453
Partes relacionadas (nota explicativa nº 23) Arrendamentos a pagar (nota explicativa nº	14.976	13.316	-	-
17)	-	-	10.195	11.045

#### 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Contro	adora Consol		lidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Caixa e bancos	2	2	3.899	4.039	
Aplicação financeira	980	1.199	107.543	76.738	
	982	1.201	111.442	80.777	

O saldo de recursos em banco e em caixa compreende aos depósitos em contas-correntes disponíveis para uso imediato. As aplicações financeiras estão atreladas a cotas de Fundos de Investimentos Itaú Unibanco Top DI Referenciado. Em 31 de dezembro de 2022, o Fundo rendeu 105,3% do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") (31 de dezembro de 2021 – 110,0%).

Essas aplicações financeiras apresentam liquidez diária, podendo ser resgatadas a qualquer momento, sem perdas para a Companhia, motivo pelo qual são classificadas como caixa e equivalente de caixa.

#### 8. CONTAS A RECEBER (CONSOLIDADO)

	31/12/2022	31/12/2021
CCEE	10.159	9.720

Refere-se ao registro do contrato de fornecimento de energia firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), recebido mensalmente. Não existem valores de contas a receber vencidos em 31 de dezembro de 2022. Não há histórico de perdas com as contas a receber da Companhia.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 9. INVESTIMENTOS

O investimento da Companhia está representado pela participação em controladas, a saber:

		Participação no capital				
		<u>integralizado</u>	Patrimôni	io líquido	Resultado d	o exercício
	Ações	31/12/2022 e				
Centrais Eólicas	ordinárias	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Angical	716.130	100%	32.324	32.791	(467)	(1.414)
Caititu	962.501	100%	64.443	62.196	2.247	(445)
Coqueirinho	995.871	100%	79.829	78.545	1.284	(463)
Corrupião	718.662	100%	67.508	67.958	(450)	(1.409)
Inhambu	930.175	100%	89.671	89.176	604	1.480
Tamanduá Mirim	1.052.599	100%	72.794	74.397	(1.603)	(2.910)
Teiú	745.398	100%	50.522	49.454	1.068	(47)
			457.091	454.517	2.683	(5.208)

A movimentação do saldo de investimento está demonstrada a seguir:

Centrais Eólicas	Saldos em 31/12/2020	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2021	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldos em 31/12/2022
Angical	34.205	(1.414)	-	32.791	(467)	-	32.324
Caititu	62.641	(445)	-	62.196	2.247	-	64.443
Coqueirinho	79.008	(463)	-	78.545	1.284	-	79.829
Corrupião	69.367	(1.409)	-	67.958	(450)	-	67.508
Inhambu	87.760	1.480	(64)	89.176	604	(109)	89.671
Tamanduá	77.307	(2.910)	-	74.397	(1.603)	-	72.794
Teiú	49.501	(47)	-	49.454	1.068	-	50.522
Total	459.789	(5.208)	(64)	454.517	2.683	(109)	457.091

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 10. IMOBILIZADO (CONSOLIDADO)

_	Taxas anuais de depreciação	Custo	31/12/2022 Depreciação acumulada	Saldo líquido	31/12/2021 Saldo líquido
Equipamentos de comunicação Máquinas e equipamentos Aerogeradores	10% 10% 4,4%	39 5.967 759.751	(18) (377) (226.385)	21 5.590 533.366	26 4.538 569.872
Sistemas de transmissão e conexão Edificações, obras civis e benfeitorias Terrenos	3,2% 4% -	40.417 72.511 601	(12.498) (40.281)	27.919 32.230 601	26.215 38.422 601
Meio Ambiente - Desmobilização Outros imobilizados	4% 10%	33.969 14.602 927.857	(1,300) (286) (281.145)	32.669 14.316 646.712	33.968 2.724 676.366
	31/12/2020	Adições	Baixas <u>I</u>	Reclassificações	31/12/2021
Custo / Andamento Equipamentos de comunicação	50				50
Máquinas e equipamentos	50 4.872	-	- -	95	50 4.967
Aerogeradores Sistemas de transmissão e conexão Edificações, obras civis e benfeitorias	761.724 37.342 75.828	- - -	(13)	- - -	761.724 37.329 75.828
Outros Meio ambiente – Desmobilização (Nota 14)	501 - 601	2.761 33.968	(97) -	(179) -	2.986 33.968 601
Terrenos Total do custo / andamento	880.918	36.729	(110)	(84)	917.453

# Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Depreciação					
Equipamentos de comunicação	(24)	_	_	_	(24)
Máquinas e equipamentos	(374)	(55)	_	_	(429)
Aerogeradores	(156.087)	(35.765)	_	_	(191.852)
Sistemas de transmissão e conexão	(9.850)	(1.264)	_	_	(11.114)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(34.537)	(2.869)	_	-	(37.406)
Outros	(179)	(83)	_	-	(262)
Total da depreciação	(201.051)	(40.036)	-	-	(241.087)
Total do imobilizado líquido	679.867	(3.307)	(110)	(84)	676.366
Total do mosmado nquido					
	31/12/2021	Adições	Baixas	Reclassificações	31/12/2022
Custo / Andamento					
Equipamentos de comunicação	50	-	_	(11)	39
Máquinas e equipamentos / andamento	4.967	14.269	-	996	20.232
Aerogeradores	761.724	913	(3.477)	590	759.750
Sistemas de transmissão e conexão	37.329	-	-	3.088	40.417
Edificações, obras civis e benfeitorias	75.828	-	-	(3.317)	72.511
Outros	2.986	102	-	(2.742)	346
Meio ambiente – Desmobilização (Nota 14)	33.968	-	-	-	33.968
Terrenos	601	<u> </u>	<u>-</u>	<u> </u>	601
Total do custo / andamento	917.453	15.284	(3.477)	(1.396)	927.864
Depreciação / amortização					
Equipamentos de comunicação	(24)	-	-	6	(18)
Máquinas e equipamentos	(429)	(81)	-	132	(378)
Aerogeradores	(191.852)	(35.290)	855	(98)	(226.385)
Sistemas de transmissão e conexão	(11.114)	(1.390)	-	6	(12.498)
Edificações, obras civis e benfeitorias	(37.406)	(2.872)	-	(3)	(40.281)
Outros	(262)	(62)	-	32	(292)
Meio ambiente – Desmobilização(Nota 14)		(1.300)			(1.300)
Total da depreciação / amortização	(241.087)	(40.995)	855	75	(281.152)
Total do imobilizado líquido	676.366	(25.711)	(2.622)	(1.321)	646.712

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) O valor de (R\$ 1.321), refere-se a reclassificações: R\$ 26 do grupo de intangível, (R\$ 77) reversão de provisão de fornecedor e (R\$ 1.270) para o grupo de estoques.

#### 11. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO)

	31/12/2020	Adições	Reclassificação	31/12/2021	Adições	Reclassificação	31/12/2022
Custo Cessão de uso de solo e servidões (a) Outros Total do custo	13.863	119 119		13.863 203 14.066	14 14	(26) (26)	13.863 191 14.054
Amortização e outros  (-) Amortizações cessão de uso de solo (-) outros Total de amortização e outros	(3.341)	(691) ————————————————————————————————————	<u>-</u>	(4.032)	(363) (73) (436)	<u></u>	(4.395) (73) (4.468)
Intangível líquido	10.522	(572)	84	10.034	(422)	(26)	9.586

<sup>(</sup>a) Refere-se aos contratos de cessão de uso de solo, pagos durante a fase de construção dos parques eólicos, que concede ao contratante os direitos de uso de um ativo para exploração e servidão.

#### 12. DIREITO DE USO EM ARRENDAMENTO (CONSOLIDADO)

A movimentação do direito de uso de terrenos, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi a seguinte:

	Terrenos	Edificações	Total
Custo			
Saldo em 31/12/2020	12.153	186	12.339
Remensuração	956	(3)	953
Saldo em 31/12/2021	13.109	183	13.292
Remensuração	42	(7)	35
Saldo em 31/12/2022	13.151	176	13.327
<u>Depreciação</u>			
Depreciação em 31/12/2020	(799)	(68)	(867)
Adições no exercício	(528)	(37)	(565)
Depreciação em 31/12/2021	(1.327)	(105)	(1.432)
Adições no exercício	(530)	(36)	(566)
Depreciação em 31/12/2022	(1.857)	(141)	(1.998)
Saldo líquido em 31/12/2021	11.782	78	11.860
Saldo líquido em 31/12/2022	11.294	35	11.329

O prazo do arrendamento é de 35 anos, consoante período de concessão da licença determinado pelas Portarias do Ministério de Minas e Energia ("MME") .

Os valores reconhecidos de remensuração R\$ 35 (R\$ 953, 2021) não afetaram as demonstrações de fluxo de caixa.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 13. FORNECEDORES (CONSOLIDADO)

14.

O saldo a pagar aos fornecedores de máquinas, equipamentos e empresas prestadoras de serviços técnicos especializados e de engenharia, está assim representado:

01/10/0001

24.619

04/40/0000

60.645

	31/12/2022	31/12/2021
Equipamento/Serviço		
Sistemas elétricos	5.961	2.890
Tarifas de transmissão	235	261
Outras contas a pagar	<u>741</u>	990
Total	6.937	4.140
CONTAS DE RESSARCIMENTO – CCEE (CONSOLIDADO)		
	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	49.515	31.582
Inferior a 90%	2.443	2.651
De 90% a 99,99%	18.015	14.896
Reversão (nota 19)	(1.283)	(5.032)
Atualização	4.825	5.418
	73.515	49.515
Circulante	12.870	24.896

Corresponde ao valor da energia não entregue prevista no contrato de concessão (nota explicativa  $n^o$  1). O acerto financeiro do montante inferior a 90% da energia contratada será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% da tarifa vigente. O valor da energia não entregue dentro da faixa 90% a 99,99% da energia contratada será liquidado em 12 parcelas a partir do mês subsequente ao quadriênio, iniciado em julho de 2018 e a finalizado em junho de 2022, valorado ao preço da tarifa vigente.

Adicionalmente, os pagamentos dos ressarcimentos anuais e quadrienais encontram-se suspensos até decisão final da Audiência Pública No 034/2019, conforme Despacho ANEEL nº 2.303 de 20 de agosto de 2019 e conforme Comunicado Ordinário CCEE CO 777/2021, de 22 de outubro de 2021, a CCEE dará andamento aos processamentos referentes ao cálculo da energia não fornecida por "Constrained-off" de usinas eólicas, objeto de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR por disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER, conforme a publicação do Despacho Aneel n° 3.080 de 2021. No dia 26 de novembro de 2021, a CCEE informou aos agentes que postergou os processamentos de cálculos de energia não fornecida por "Constrained-off" por conta do tempo para validação de parâmetros de entrada com o ONS e no dia 31 de janeiro de 2022, a CCEE solicitou 2 ajustes na metodologia de cálculo e aguarda aprovação da ANEEL.

#### **15.** FINANCIAMENTO (CONSOLIDADO)

Não circulante

Em 6 de outubro de 2015, as Centrais Eólicas assinaram, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), os contratos de financiamento de construção do parque eólico.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O financiamento está distribuído pelas SPEs da seguinte forma:

Centrais Eólicas	Nº do contrato	Subcrédito A	Subcrédito B	Subcrédito C	Total
Angical	15.2.0345.1	R\$ 22.474	R\$ 6.342	-	R\$ 28.816
Caititu	15.2.0346.1	R\$ 39.330	R\$ 11.098	-	R\$ 50.428
Coqueirinho	15.2.0347.1	R\$ 49.446	R\$ 14.268	-	R\$ 63.714
Corrupião	15.2.0348.1	R\$ 46.080	R\$ 14.480	-	R\$ 60.560
Inhambu	15.2.0344.1	R\$ 69.391	R\$ 16.382	R\$ 1.945	R\$ 87.718
Tamanduá Mirim	15.2.0349.1	R\$ 50.942	R\$ 14.374	-	R\$ 65.316
Teiú	15.2.0343.1	R\$ 25.741	R\$ 8.667	-	R\$ 34.408

Para todas as controladas, a taxa de juros dos contratos é de 2,65% a.a. mais a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), com pagamentos mensais e sucessivos, vencendo o primeiro em 15 de dezembro de 2015 e o último em 15 de abril de 2032.

As controladas tem como obrigações relevantes cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS") e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Essas cláusulas foram atendidas. A Companhia também deve manter, durante toda a vigência do contrato, o índice de cobertura do serviço da dívida consolidado anualmente para todo o grupo a partir de 1,30, o qual em 31 de dezembro de 2022 foi de 1,49.

As garantias oferecidas para o pagamento da dívida foram: penhor das ações da Companhia, penhor das ações da Controladora, penhor de direitos creditórios (contrato de O&M), penhor de direitos emergentes (autorização de produtora independente), penhor de máquinas e equipamentos (aerogeradores), cessão fiduciária de direitos creditórios (receitas de venda de energia e do CER e constituição de contas reservas) e fiança bancária.

#### a) Movimentação dos financiamentos

A movimentação da conta de financiamentos foi a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial Encargos de dívidas - juros e variação monetária Amortização do principal Pagamento de juros Apropriação de custo - IOF sobre financiamento	257.453 22.824 (25.825) (21.102) 455	282.839 19.824 (25.823) (19.842) 455
Saldo final	233.805	<u>257.453</u>
Apresentados como: Circulante Não circulante	26.758 207.047	25.456 231.997
	233.805	257.453

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ano de vencimento	31/12/2022	31/12/2021
2023	-	25.911
2024	25.518	25.911
2025	25.518	25.911
2026	25.518	25.911
2027	25.518	25.911
2028 em diante	104.975	102.442
	207.047	231.997

#### b) Depósitos vinculados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos vinculados	14.822	13.324	30.375	28.859

No Consolidado refere-se ao depósito vinculado no montante de R\$ 30.375 (R\$ 28.859 em 31 de dezembro de 2021) para garantia do pagamento do financiamento com o BNDES, mantido em fundo de investimento junto ao Banco Itaú, com meta de remuneração de 100% do CDI. Durante todo o prazo do contrato, a Companhia deve manter em favor deste contas reservas, com recursos vinculados, no valor correspondente a três meses do serviço da dívida e contrato de O&M. Em 2020, existia uma conta reserva especial destinada a receber a totalidade dos recursos excedentes advindos da atividade operacional de acordo com o contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, porém em junho de 2021 o BNDES autorizou a extinção dessa Conta Reserva Especial e a constituição de cessão fiduciária incidente sobre os créditos depositados nessa conta. Com isso, a premissa de cálculo do ICSD foi alterada e as aplicações antes existentes nas contas Reserva Especial das SPE´s, foram transferidas e concentradas na BW Guirapá (controladora) no montante de R\$ 14.822 (R\$ 13.324 em 31 de dezembro de 2021).

# 16. PROVISÃO PARA CUSTOS SOCIOAMBIENTAIS E DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS (CONSOLIDADO)

A Companhia utiliza julgamentos e premissas quando mensura suas obrigações referentes à provisão para fechamento de parques eólicos, assim como a desmobilização dos ativos atrelados às suas operações. Do montante provisionado, não estão deduzidos os custos potencialmente cobertos por seguros ou indenizações, porque sua recuperação é considerada incerta.

A movimentação da provisão para desmobilização está demonstrada a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Não circulante</u>		
No início do exercício	41.462	7.494
Complemento (baixa) provisão desmobilização	(815)	33.968
Total	40.647	41.462

Em 2021, a Companhia contratou consultoria especializada para revisão da estimativa da provisão para desmobilização dos parques eólicos considerando os custos de desmontagem dos equipamentos e obras

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

civis. O passivo ambiental referente à desmobilização dos parques eólicos foi reavaliado no montante de R\$ 41.462, exigindo um complemento no montante de R\$ 33.968 em contrapartida do ativo imobilizado, a partir da melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem dos equipamentos ao término da autorização, inflacionados e descontados à valor presente considerando uma taxa real de juros baseada em taxa praticada no mercado descontado pela inflação medida conforme o IPCA. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo é de R\$ 40.647, com baixa de R\$ 815 no exercício.

#### 17. ARRENDAMENTOS A PAGAR (CONSOLIDADO)

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi a seguinte:

	Terrenos	Edificaçõe	
		S	Total
Saldo em 31/12/2020	10.817	121	10.938
Remensuração	956	(3)	953
Pagamentos	(974)	(44)	(1.018)
Realização AVP	165	7	172
Saldo em 31/12/2021	10.964	81	11.045
Remensuração	42	(7)	35
Pagamentos	(1.105)	(51)	(1.156)
Realização AVP	260	11	271
Saldo em 31/12/2022	10.161	34	10.195
Circulante			774
Não circulante			9.421

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	
0004	1.105
2024	1.127
2025 a 2029	3.131
2030 a 2034	2.517
2035 a 2039	2.024
2040 a 2044	539
2045 em diante	83
Total	9.421

Em 31 de dezembro de 2022, a companhia utilizou como taxa de desconto, a taxa de juros de financiamentos do contrato BNDES para as operações de terrenos e edificações de 8,65% a.a. (2,65% a.a. mais a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP")).

#### 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

604.389, composto por 1.001.385 ações ordinárias nominativas, não conversíveis em outras formas, sem valor nominal, todas subscritas e integralizadas.

#### b) Destinação dos lucros

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, um dividendo mínimo obrigatório de 10% do lucro líquido, mediante a aprovação prévia do BNDES durante o prazo do financiamento (nota explicativa nº 15), ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações e o excedente será destinado à formação de reserva para investimentos e expansão.

#### c) Prejuízo por ação

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (Prejuízo) do exercício	2.746	(5.476)
Média ponderada das ações	1.001.385	1.001.385
Lucro (Prejuízo) por lote de mil ações básico em R\$	2,74	(5,47)

#### 19. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS DE ENERGIA (CONSOLIDADO)

	31/12/2022	31/12/2021
Receita com geração de energia	101.123	97.250
Impostos sobre receita: PIS	(772)	(724)
COFINS	(3.593)	(3.342)
	96.759	93.184

#### 20. CUSTOS COM GERAÇÃO DE ENERGIA (CONSOLIDADO)

	31/12/2022	31/12/2021
Depreciação	(40.218)	(40.567)
Amortização	(1.719)	(691)
Transmissão de Energia	(6.044)	(5.686)
Encargos de uso do sistema e controle operação, taxa associativa		
(ONS, CHESF e CCEE)	(777)	(768)
Operação e manutenção da usina	(26.789)	(23.359)
Outros	-	(63)
	(75.547)	(71.134)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 21. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Despesas com pessoal Serviços de terceiros	- (55)	(148)	(3.233) (1.098)	(2.944) (1.240)	
Seguros	-	-	(1.403)	(896)	
Impostos e taxas Manutenção	(1)	(1) -	(17) (97)	(9) (23)	
Viagens e estadias	-	-	(114)	(59)	
Depreciação	(34)	(16)	(60)	(34)	
Outras		(1)	(391)	(212)	
	(90)	(166)	(6.413)	(5.417)	

#### 22. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	
Penalidades (i)	-	-	(2.248)	(2.651)	
Reversão Constrained-Off (ii)	-	-	1.283	5.033	
Sinistro (iii)	-	-	4.148	-	
Conta Gráfica (iv)	123	-	3.367	250	
Baixa de imobilizado	-	-	(2.622)	(110)	
Plano de saúde retroativo	-	-	-	(637)	
Impostos e taxas	(88)	(21)	(1.056)	(222)	
Outras	(42)	(130)	311	(1.124)	
	(7)	(151)	3.183	539	

- (i) Vide notas explicativas nº 3.12 e 14.
- (ii) A Companhia realizou a reversão de provisão de ressarcimento e penalidade no montante de R\$ 1.283 (R\$ 5.032, 2021) com base nas premissas estabelecidas no art. 19° da Resolução Normativa n° 1.030/22 e Despachos n° 3.080/2021 e n° 1.151/22 da ANEEL, que estabeleceu a Regra de Comercialização que estabelece Metodologia para Cálculo de Energia não Fornecida Decorrente de *Constrained-off* de Usinas Eólicas.
- (iii) Refere-se ao recebimento de sinistro de seguros pela quebra de gearboxes.
- (iv) Reembolso de gastos através de prestação de contas por "Conta Gráfica", conforme Contrato de Compra e Venda de Ações, celebrado em 22 de dezembro de 2017, entre os Vendedores, Cia de Ferro Ligas da Bahia Ferbasa e BW Guirapá I S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 23. RESULTADO FINANCEIRO (CONSOLIDADO)

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas financeiras Juros sobre financiamentos IOF sobre empréstimo Encargos financeiros sobre financiamento	(22.770) (464) (23.234)	(19.824) (455) (20.279)
Outras despesas financeiras	(6.193) (29.427)	(6.480) (26.759)
Receitas financeiras Juros de aplicações financeiras Outras receitas financeiras	14.806 234 15.040	4.464 3 4.467
Resultado financeiro, líquido	(14.387)	(22.292)

# 24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia realiza a sua apuração com base no lucro real. Adicionalmente, em função do empreendimento industrial instalado na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a Companhia usufrui do benefício fiscal de redução do imposto de renda, com percentual de redução de 75% sobre o imposto de renda e adicionais não restituíveis, incidente nas receitas da geração de energia elétrica, no período de 1º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027, conforme Laudos Constitutivos de nº 487, 488, 489, 490, 491, 492 e 428/2018, substituídos pelos de nº 291, 292, 293, 300, 301, 302, e 303/2019.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apurou lucro tributável, conforme demonstrado a seguir:

	Contro	ladora	Consolidado		
	31/12/202	31/12/202 31/12/202		31/12/202	
		1	2	1	
(D ' / ) . 1 IDDI/GGI					
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ/CSLL	2.755	(5.476)	3.595	(5.120)	
Alíquota combinada do IRPJ/CSLL	34%	34%	34%	34%	
IRPJ/CSLL às alíquotas a legislação	(937)	1.862	(1.222)	1.741	
Adições e exclusões:					
Equivalência patrimonial	912	(1.771)	_	_	
Outros	16	(91)	(677)	(455)	
Efeito do prejuízo fiscal e base negativa		()-)	(-///	(100)	
não constituídos	-	_	_	(1.949)	
Incentivo fiscal Sudene			1.050	307	
IRPJ/CSLL	(9)		(849)	(356)	

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

#### 25. COBERTURA DE SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui cobertura de seguros contratada para os sete parques eólicos pela empresa "holding" BW Guirapá I S.A., de seguro de riscos operacionais, responsabilidade civil, empresarial e seguro fiança, no valor de R\$ 862.638.

#### 26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas estão relacionadas a seguir:

(a) No dia 22 de junho de 2021, o BNDES autorizou a extinção das Contas Reserva Especial da Holding e SPE e a criação da Conta Reserva de Complementação do ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) e a constituição de cessão fiduciária incidente sobre os créditos depositados nessa conta. Com isso, a premissa de cálculo do ICSD foi alterada e as aplicações antes existentes nas contas Reserva Especial das SPE´s, foram transferidas e concentradas na BW Guirapá.

Passivo não	Angi cal	Caititu	Coqueiri nho	Corrup ião	Inha mbu	Tamand uá	Teíu	Total
circulante	918	1.945	2.422	2.620	1.632	1.746	2.0	13.3
Saldo em 31/12/2021	115				204	217	33 254	16 1.66
Juros provisionados	1.03	243	302	325	1.836	1.963	2.2	14.9
Saldo em 31/12/2022	3	2.188	2.724	2.945			87	76

(b) Contrato de Compartilhamento de Infraestrutura e Estrutura Administrativa das atividades corporativas entre Ferbasa e BW:

	31/12/2022	31/12/2021
<u>Partes relacionadas – despesas gerais e administrativas</u>		
Ferbasa	513	473

A remuneração do pessoal-chave da Administração, que inclui os executivos e diretores da Companhia e suas controladas, totalizou R\$ 2.138 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 2.527 em 31 de dezembro de 2021), correspondendo a benefícios de curto prazo e encargos previdenciários.

A Companhia e suas controladas não possuem planos de remuneração pós-emprego, de rescisão, ou baseada em ação ou outros benefícios de longo prazo.

A remuneração do pessoal-chave da Administração no exercício de 2022 e 2021 foi efetuada pela Central Eólica Inhambu S.A., Central Eólica Corrupião S.A. e pela Central Eólica Caititu S.A.

#### 27. CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui processos de natureza cível e administrativa, todos decorrentes do curso normal de suas operações. A Administração, baseada na opinião dos seus

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras Exercício findo em 31 de dezembro de 2022 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

assessores jurídicos e, também, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avaliou a expectativa do desfecho desses processos em andamento, entendendo não haver a necessidade de constituição de uma provisão para contingências. Os processos classificados como perda possível não são provisionados nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia possui processos tributários e cíveis, classificados como risco possível com valor de causa atualizado atribuído de R\$ 1.340 (2021, R\$ 1.167), porém considerando o estágio do processamento da ação e entendimento dos assessores jurídicos da Companhia sobre o mérito da demanda, não possui valor de risco envolvido a ser considerado até o momento da emissão dessas demonstrações financeiras.

#### 28. TRANSAÇÃO NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia realizou a seguinte operação não envolvendo caixa, portanto essa transação não está refletida nas demonstrações dos fluxos de caixa:

- Direito de uso em arrendamentos conforme CPC 06 no montante de R\$ 35 (2021, R\$ 953), conforme nota explicativa n $^0$  12.
- Baixa de desmobilização no montante de R\$ 815 (2021, R\$ 33.968 Adição), conforme nota explicativa nº 16.

#### 29. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal ("STF") apreciou os Temas 881 e 885, que abordam os impactos das decisões do STF em relação a coisa julgada, em especial quanto à possibilidade de cobrança da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido ("CSLL"). A esse respeito, a companhia não possui decisão transitada em julgado ou demanda judicial questionando o não recolhimento CSLL.

Oseias da Rocha Fiau Diretor Presidente Arnaldo Pereira Anastácio Contador CRC nº 1 RJ 61263/O-0 "T" BA